

O LUGAR IMPORTA

O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÍNDIA

Siddharth Mallavarapu

Há alguns anos, reflectindo sobre o escritor argentino e a tradição, Jorge Luis Borges observava, com inconfundível candura: «Não devemos ter medo; devemos pensar que o nosso património é universal; experimentar todos os temas; não podemos limitar-nos ao argentino para sermos argentinos: porque ou ser argentino é uma fatalidade, e nesse caso sê-lo-emos de qualquer modo, ou ser argentino é uma mera afectação, uma máscara.» Borges integra-se numa longa estirpe de pensadores que reflectiram sobre o problema da localização e das suas consequências em termos da participação na república das letras no seu sentido mais amplo¹.

Proponho-me aqui utilizar as reflexões de Borges sobre o escritor argentino e o seu contexto como ponto de partida provocatório para uma indagação sobre questões de ontologia e de epistemologia de primeira ordem na esfera das Relações Internacionais (RI) na Índia. Começando por uma breve discussão sobre identidade e cultura, examino alguns assuntos relacionados com a proveniência das teorias das RI, com as dificuldades criadas pela sua «transculturação» e com algumas inovações metodológicas recentes que são de bom augúrio no sentido de criar um diálogo global mais inclusivo no seio da comunidade académica das RI. Embora haja muitos pontos de sobreposição entre estes assuntos, para fins de clareza heurística tratarei de forma separada cada uma destas dimensões e cruzá-las-ei com notas impressionistas retiradas da minha própria experiência biográfica, tanto enquanto estudante como enquanto professor de Política Internacional, num dos mais importantes centros de estudo das RI na Índia. Creio que, embora haja razões para ser céptico em relação aos instintos que predominam nas correntes anglo-americanas dominantes nas RI, também há boas razões para pensar que, dada a crescente visibilidade da Índia no sistema internacional, é provável que venha a surgir uma nova vaga de interesse, tanto no plano doméstico como no internacional, por propostas originárias de ecologias sociais diferentes. Algumas advertências preliminares são necessárias. O estudo das RI é um percurso que, na Índia, se inicia normalmente ao nível de mestrado ou de doutoramento. Embora a subdisciplina das RI esteja presente em algumas licenciaturas de Ciência Política,

no âmbito dos modelos actualmente existentes de ensino desta área, as RI são geralmente tratadas a este nível com pouca atenção. O ensino das RI ao nível de licenciatura debruça-se principalmente sobre organizações internacionais como as Nações Unidas, dando ênfase ao estudo de factos em detrimento das perspectivas teóricas. É improvável, por exemplo, que se encontre nos *curricula* destes cursos uma discussão sobre o estatuto actual do multilateralismo (na sequência da Guerra do Iraque), a não ser por iniciativa de professores excepcionalmente motivados (que, dentro dos constrangimentos actuais, não têm um trabalho fácil). A este nível, a formação teórica está geralmente ausente e, a existir, limita-se a uma descrição esquemática dos debates entre realismo e idealismo. No âmbito da disciplina de RI, por seu lado, tais debates são cada vez mais vistos como representações imprecisas e caricaturais do passado². Pode acontecer que o ensino pós-graduado das RI em algumas das melhores instituições do país revele um panorama totalmente diferente. A minha própria experiência enquanto estudante sugere que a teoria, para além do valor educativo intrínseco que tem, quando bem transmitida, pode ser um verdadeiro prazer. Tenho a firme convicção de que a teoria é susceptível de ser apresentada de forma mais eficaz no âmbito dos *curricula* de licenciatura, assim exista uma vontade colectiva nesse sentido da parte de quem os elabora. Feitas estas clarificações prévias, regresso a algumas das preocupações iniciais do texto.

IDENTIDADE E CULTURA

É seguro partir do princípio de que as identidades não são configurações fixas nem estáticas, mas que há nelas um elemento de constante renegociação³. O filósofo J. Mohanty distingue duas dimensões na formação da identidade. A primeira refere-se à identidade que resulta do contexto cultural de cada um. A segunda refere-se à identidade «formal», que é genérica, não específica a qualquer cultura em particular. Estas noções de identidade estão ambas ligadas à ideia de individualidade⁴. Permanecem indispensáveis a um tratamento satisfatório tanto de questões de ontologia como de epistemologia. Mohanty reconhece que «pode existir uma ligação conceptual subtil entre a questão ontológica (que tipo de identidade caracteriza uma pessoa?) e a questão epistemológica (como é que essa identidade é determinada?)»⁵. Porém, embora a minha identidade seja moldada pela minha experiência cultural, isso não exclui a possibilidade de que eu mantenha uma atitude crítica em relação à minha própria cultura. No quadro do pensamento de Mohanty, a capacidade para manter esta atitude em relação à própria cultura é tratada como semelhante à ideia de «ego transcendente». Vale a pena repeti-la neste contexto:

«A minha identidade [...] não se esgota no meu eu social. Eu não sou um mero ponto de intersecção de inúmeras relações sociais. Posso, numa atitude reflexiva, reduzir-me ao meu próprio ego, ao fluxo da minha vida mental interior, mas, mais do que isso, tam-

bém posso reflectir criticamente sobre a origem social das minhas convicções e interpretações, o que envolve uma certa distanciação, uma certa recusa em deixar-me submergir – para usar um jargão filosófico, um ego transcendente. O que defendo é que qualquer pessoa tem por definição a possibilidade de adoptar a atitude de um ego transcendente.»⁶

É, portanto, importante destrinçar os dois elementos da identidade de uma pessoa, as camadas que estão mergulhadas na cultura e os aspectos do *eu* que conseguem reter «uma certa distanciação» em relação a uma cultura particular.

Examinemos agora em maior detalhe estes dois aspectos da identidade no contexto da Índia. Devemos estar à partida precavidos contra qualquer ideia de uma essência da identidade indiana. É provável que ela seja uma quimera ou, como avisa Borges, uma «máscara». Porém, isso não exclui a possibilidade de que existam certas predisposições predominantes em diferentes culturas. Esta hipótese pode ser ilustrada com as propostas defendidas pelo crítico literário A. K. Ramanujam, num interessante artigo intitulado «Haverá uma forma de pensamento indiana?». Ramanujam faz uma distinção crucial entre regras dependentes do contexto e regras não contextuais, e sustenta que as diferentes culturas tendem a privilegiar um ou outro destes tipos de regras na sua vida social quotidiana⁷. No contexto indiano, sustenta, é a interpretação contextual que nos fornece o conhecimento necessário para compreender a sociedade. Neste quadro, assinala especificamente:

«Os textos podem não estar historicamente datados, podem ser anónimos: mas os seus contextos, usos, eficácias, são explícitos. O *Rāmāyana* e o *Mahābhārata* abrem com episódios que explicam em que circunstâncias foram escritos e porquê. Cada história está encerrada numa meta-história. No texto, uma história funciona como contexto de uma outra dentro dela; e não é só a estrutura externa que funciona como alicerce da sub-história interna; a história interna também ilumina a externa. Muitas vezes opera como uma réplica em microcosmos do texto no seu conjunto.»⁸

A literatura não é contudo o único registo que nos dá indicações que permitem aceder a uma cultura específica. Não é implausível, por exemplo, através de uma exegese cuidadosa, examinar de que forma emergiram no contexto indiano várias ideias sobre o problema da ordem e da justiça na política mundial. Numa tentativa para fazer precisamente isso, Kanti Bajpai assinala que «no pensamento indiano sobre política internacional é possível distinguir quatro concepções diferentes de ordem e justiça: a de Gandhi, a de Nehru, a do hinduísmo político (ou *Hindutva*) e a do globalismo neoliberal. Estas quatro concepções podem ser contrastadas com a concepção vestefaliana dominante»⁹. Da mesma forma, noutra contexto, no quadro de uma narrativa que interpela perspectivas de uma «ordem mundial justa» a partir de vários pontos de vista

indianos, a obra de Aurobindo* foi frutuosa e explorada para dar resposta a preocupações mais amplas tais como o cosmopolitismo¹⁰. Todas estas concepções estabelecem equilíbrios delicados entre preocupações que podem ter uma ressonância universal, mas que se manifestaram também numa miríade de circunstâncias domésticas, tanto no presente quanto no passado recente. De certa maneira, poderia até perguntar-se onde é que está a surpresa. A resposta a estas questões, no entanto, tende a ser mais complicada do que parece.

Uma das primeiras lições que se aprende no âmbito da socialização na disciplina de RI é que ela tem tendido a caracterizar-se pelo etnocentrismo ou provincianismo anglo-americano. O que isto significa para um estudante indiano (ou, presumo, para um estudante em qualquer outra sociedade pós-colonial) é que o vocabulário e as «sensibilidades» normativas que compõem a disciplina são em larga medida determinados pelas principais potências do sistema internacional¹¹. A própria linguagem de «grandes potências», «potências intermédias», «pequenas potências», por exemplo, assume uma vida própria na disciplina, um carácter axiomático. No contexto da socialização académica, é muito raro encontrar-se um esforço consciente que questione por que é que certas potências são tratadas como «grandes» enquanto outras são relegadas ao estatuto de actores menores do sistema internacional. Outras questões fundamentais têm a ver com a aceitação acrítica de mapas do mundo e de nomenclaturas que nasceram de preocupações disciplinares típicas dos estudos regionais da Guerra Fria¹². Seria inútil bramar contra uma forma de conhecimento pelo simples facto de ela ter nascido num dado sítio, mas isso não invalida a necessidade de levarmos em conta a nossa história recente de colonização, e o ónus, especialmente em termos de autoconfiança intelectual, que ela acarretou para os sistemas de conhecimento presentes nas nossas sociedades¹³. Ainda que não se possa senão dar uma resposta sempre «provisória», a um dado nível, à questão de saber o que constitui uma cultura particular, não deixa de ser verdade que o fluxo do conhecimento numa disciplina como as RI tendeu, de forma geral, a privilegiar implicitamente certas formas de conhecimento que emergem do Norte do planeta em detrimento das propostas vindas do Sul¹⁴. Isto remete-nos para a questão mais fundamental de saber que problemas são postos pela «transculturalização» e, em particular, que problemas se colocam a quem recebe modelos de conhecimento talhados noutros lugares.

AS TEORIAS E SUA «TRANSCULTURAÇÃO»

Walter Mignolo aborda directamente o problema da transculturalização. Observa que «as teorias viajam [...] e, quando chegam a um sítio, são transformadas, transculturalizadas»¹⁵. Mais do que isso, assinala que «se as teorias viajam e são transculturalizadas, é necessário começar por especificar, historicamente, de onde é que elas partem, aonde chegam, a forma como viajam, como são transculturalizadas, e qual a linguagem em que as teorias que viajam são fabricadas, empacotadas e transculturalizadas»¹⁶. Qual-

quer disciplina tem de pensar sobre estas questões, e mais ainda uma disciplina que atribui a si mesma a missão de construir teorias sistémicas, como as RI. A tentação de estabelecer asserções de carácter universal, dada a natureza do seu objecto de estudo, é provavelmente ainda maior em RI do que noutras disciplinas.

Neste contexto, o trabalho de um autor como Sheldon Pollack assume particular relevância, uma vez que levanta uma série de questões interessantes, relacionadas com a dimensão do poder e com a forma como experiências culturais específicas poderiam contribuir para o património comum de conhecimento à escala global. Uma tentação com que, no estudo da vida social e política, os académicos do Sul do planeta frequentemente se deparam é a de pegarem em teorias que foram construídas num contexto particular e de as enxertarem por atacado num horizonte cultural diverso. Isto resulta em distorções de vários tipos, e a inadequação que provoca nem sempre é encarada como uma oportunidade para construir teorias novas, mas antes vista como um fracasso individual das capacidades analíticas do investigador. Pollock faz bem em alertar contra estas tendências, mesmo ao nível dos pressupostos básicos em que assentam as ciências sociais. Pergunta, neste contexto, se fará algum sentido aplicar à Índia «uma terminologia – “império”, “Estado”, “política” – tão impregnada pelas particularidades da história europeia?»¹⁷. E sustenta que

«a teoria política e cultural criada para compreender o Estado-nação europeu é muitas vezes aplicada de maneira excessivamente simplista ao mundo pré-moderno fora da Europa, o que distorce a reflexão sobre problemas de linguagem e de identidade, de identidade e de comunidade, ocultando assim aquilo que há de específico no caso indiano e a sua inadaptação aos modelos criados para explicar o caso europeu»¹⁸.

Embora o eurocentrismo seja uma preocupação relevante, a disciplina de RI gravita hoje muito mais em torno de um centro americano. Isto levanta uma série de problemas similares, na medida em que a disciplina tende a adoptar como sua a visão que a América tem do mundo. No entanto, o argumento avançado por Pollock é, nalguns aspectos, mais fundamental, porque envolve o reconhecimento de que a teoria inevitavelmente infiltra pouco a pouco o mundo do observador. Neste contexto, assinala:

«Ao nível mais geral de análise, toda a percepção é reconhecidamente impregnada de teoria, como muitos sociólogos e filósofos explicaram. Não podemos apreender o mundo à nossa volta sem ao mesmo tempo ajustar – pré-ajustar ou retroajustar, seja qual for a sequência em que as coisas realmente se passam – as nossas cognições aos esquemas linguísticos e conceptuais que constituem o nosso mundo; só é possível formular observações empíricas utilizando algum quadro de referência. A este nível tão íntimo, é de facto difícil resistir à teoria. Mas, num segundo nível, existe também a crença de que o

nosso trabalho empírico *deve* ser estruturado por conceptualizações disponíveis de nível superior. O predomínio da teoria tem sido tal que, pelo menos nas ciências humanas, muitas vezes em vez de procurarmos testar as teorias de forma sistemática o que fazemos é aplicá-las partindo alegremente do princípio de que têm de estar certas. Fazemos assim “leituras” weberianas ou bakhtinianas de processos políticos ou culturais, quando o que devíamos era estar a examinar esses processos exactamente para avaliar e, se necessário, rever Weber ou Bakhtin.»¹⁹

Não é pequena exigência, e creio que para os estudiosos do Sul o problema se vê duplamente dificultado. Embora se reconheça que temos de ser mais críticos na forma como recebemos as teorias emanadas dos centros de poder global, é preciso um esforço intelectual bastante sério para construir teorias realmente originais que possam contestar, rever e em algumas circunstâncias substituir grandes teorias que procuram explicar a vida política à escala universal. Importa também não subestimar o poder que as epistemologias originadas no Ocidente tendem a ter associado. As marcas de uma política de conhecimento mais profunda precisam de ser reconhecidas por aquilo que são, a vários níveis, desde o mais banal (mas não irrelevante) das revistas académicas institucionalizadas que dão melhor visibilidade aos académicos anglo-americanos, até ao estatuto de vedeta associado aos universitários instalados em meios privilegiados da Ivy League²⁰. Há uma grande dose de deslumbramento ligada a algumas destas formulações, e não se deve esquecer a poderosa influência das modas intelectuais, que faz com que seja mais fácil ao académico do Sul vacilar sob pressão.

Não pretendo de forma nenhuma sugerir com isto que toda a gente se rende a esta política da adulação. Já antes foi realçado, por exemplo, que uma das tarefas que animam os académicos indianos das RI

«é a reconstrução de uma História “internacional” do subcontinente, da maneira como ele afectou e foi afectado por outras Histórias internacionais. Trata-se, portanto, de proceder a uma reinterpretação crítica da história internacional que relata a constituição do sistema de estados-nação em 1648 e passa em seguida à integração do mundo inteiro dentro desse sistema.»²¹

De forma similar, numa perspectiva latino-americana, Miguel Ángel Centeno e Fernando Lopes-Alves defendem que, «por importantes que possam ser os anos de 1688, 1789 e 1870 para a Europa, pensamos que 1521, 1810, 1852 e 1889 talvez sejam mais decisivos para a América Latina. A inclusão destas datas no almanaque comparativo conduzirá a uma compreensão mais precisa dos processos históricos»²². Não obstante, apesar destas excepções, a tendência geral tende a ser mais de adaptação acrítica do que de escrutínio crítico.

Uma última nota sobre a «transculturização». Creio que a «transculturização» merece um exame mais atento, sobretudo no que toca a explicar por que é que certas importações culturais têm muito sucesso enquanto outras fracassam. Isso exigiria uma investigação mais séria sobre quem é que está envolvido e tem interesse no sucesso ou fracasso de certas ideias²³. As instituições continuam a ser um cenário crucial onde muitas destas ideias são discutidas, e, de uma forma ou de outra, é nesses meios que o ambiente da sua recepção é criado²⁴. O sucesso dos estudos regionais na Índia tem também que ver com o facto de os centros de estudo das RI tenderem a procurar imitar os modelos estabelecidos, sem reflectirem suficientemente sobre a forma como, a longo prazo, estão a inibir um esforço teórico crítico de tipo nomotético²⁵.

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS RECENTES

Não quero parecer pessimista quanto ao futuro da disciplina de RI na Índia e creio que há boas razões para algum entusiasmo. Há alguns anos, no âmbito de uma tentativa para descrever a reflexão teórica sistemática sobre várias dimensões da política internacional realizada na Índia, Kanti Bajpai e eu reunimos textos de vários estudiosos indianos numa compilação em dois volumes²⁶. Embora tivéssemos consciência de que se tratava de um esforço preliminar se comparado com o *corpus* já existente sobre a recepção das teorias das RI em lugares exteriores ao mundo académico anglo-americano, foi encorajador constatar que é possível forjar uma comunidade neste contexto. O âmbito dos temas tratados incluía tanto áreas de preocupação tradicional das RI como outras não tradicionais, e a compilação afastou-se de outra angústia difusa na variante indiana da disciplina, a delicentricidade.

Há mais sinais encorajadores. Ao longo dos anos, verifica-se um reconhecimento crescente da importância do contexto na elaboração de formulações rigorosas e matizadas em ciências sociais. O volume de abertura dos Oxford Handbooks of Political Science, organizado por Robert E. Goodin e Charles Tilly, intitula-se *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Na introdução, os autores defendem o seguinte:

«A cada uma das grandes questões da ciência política, respondemos: “Depende”. A validade das respostas depende triplamente do contexto em que os processos políticos decorrem. Depende do contexto no que toca aos pressupostos inscritos nas perguntas, no que toca às provas disponíveis que permitem responder às questões e no que toca ao funcionamento efectivo dos processos políticos.»²⁷

Mais à frente, afirmam que «o contexto importa, e muitas vezes varia. Porém, os efeitos contextuais não são aleatórios. Há padrões que podem ser discernidos e compreendidos no quadro de um dado contexto histórico, cultural e tecnológico. Esta compreensão pode ou não ser susceptível de generalização por forma a ser encaixada em “leis” gerais»²⁸.

Numa outra experiência interessante, que faz um levantamento das convergências entre o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico, Ira Katznelson e Barry R. Weingast assinalam que

«a teoria da escolha racional começou a atender de forma mais sistemática aos processos históricos e institucionais, para tentar compreender melhor a maneira como as preferências dos actores foram moldadas, e como é que as instituições introduziram enviesamentos ou outras distorções nessas escolhas. O institucionalismo histórico começou a estudar a forma como as preferências se manifestam e são transformadas na prática»²⁹.

Há também um reconhecimento visível da necessidade de encorajar o uso de métodos ecléticos, incluindo o estudo das «preferências», na análise da realidade social e política³⁰. Outra tendência encorajadora é o projecto de escrever «histórias interligadas»³¹. O historiador Christopher Bayly fala da necessidade de começar a fazer «histórias laterais». Estas «procuram fornecer uma história dos processos e das interconexões, sem cederem à visão simplista da modernidade como difusão a partir de um centro dominante, “racional”, europeu ou americano»³². Bayly defende o seguinte:

«A escrita da história mundial pode [...] ajudar a destapar uma série de metanarrativas escondidas. Isto é especialmente assim quando estão envolvidos problemas de causalidade. Os historiadores sempre se preocuparam em saber por que é que as coisas mudam. Por isso, continua a ser importante ter em conta recursos e estratégias, e os choques recíprocos entre os grupos dominantes e os que os apoiam, ao nível histórico-mundial, assim como fazer o levantamento da experiência dos povos sem História.»³³

Gostaria de sustentar que estes desenvolvimentos criam um clima favorável a uma criação teórica vinda do Sul que se sustenta na exploração de material empírico, que já existe, o que poderia contribuir significativamente para informar aqueles que estão fora de um contexto particular sobre relações entre diferentes variáveis que até aqui se tem presumido serem de natureza causal. Isto pode também implicar a invenção de novos vocabulários, de mapas normativos e de metodologias que estabeleçam ligações interessantes entre o particular e o universal.

Deve também dar-se oportunidade a que públicos educados possam realizar desvios criativos em termos de «imaginação política». Bikhu Parekh expressa a necessidade de que os filósofos políticos indianos se aventurem num projecto mais ambicioso, que envolve três níveis. Observa:

«Os investigadores indianos em teoria política têm uma oportunidade excepcional para a elaboração teórica [...] assente no precioso legado deixado pelos líderes do movimento de independência excepcionalmente dotados em termos de filosofia política. Se o explo-

rassem de forma sistemática, conseguiriam três coisas. Primeiro, desenvolveriam conceitos novos, ajustados às suas experiências políticas, ofereceriam explicações coerentes sobre a sua sociedade, e forneceriam ferramentas normativas muito necessárias à avaliação e à orientação da prática política. Segundo, mostrariam que algumas das principais categorias e questões colocadas pela teoria política ocidental fazem pouco ou nenhum sentido quando aplicadas fora do Ocidente, expondo-as assim no seu etnocentrismo e oferecendo-lhes um interlocutor crítico. Terceiro, explorando a interação entre o local e o universal na experiência indiana, ofereceriam novas percepções, especificamente indianas, sobre a natureza da vida social e política, sobre os limites e possibilidades do diálogo intercultural, sobre a complexidade do eu plural e as maneiras de lidar com identidades múltiplas, sobre a natureza e a lógica dos grandes valores políticos da liberdade, igualdade, justiça e fraternidade, sobre as maneiras de fazer filosofia política e sobre a sua relação com a prática política. Dessa forma, fariam da filosofia política indiana um interlocutor confiante no diálogo global, e ajudariam a desenvolver uma filosofia política mais rica e com um alcance universal maior do que aquela que actualmente existe no Ocidente ou em qualquer outro lado.»³⁴

Em cima da mesa está um conjunto de sugestões interessantes para qualquer académico do Sul que deseje desenvolver perspectivas sobre a política internacional sem perder de vista o contexto em que se encontra. Num mundo em que o acesso aos artigos e aos livros melhorou consideravelmente, os estudiosos de RI que trabalham na Índia têm menos razões para se queixarem das assimetrias que os separam dos do Norte do planeta. Comparando as infra-estruturas de ciências sociais existentes na Índia com as do Ocidente, seria evidentemente erróneo sugerir que estamos perto de alguma espécie de paridade. De qualquer maneira, em disciplinas que não dependem de laboratórios nem de substâncias químicas não contaminadas, há uma enorme margem para explorar os limites, tanto em termos de investigação como de ensino das ciências sociais. A Índia encontra-se num momento interessante também em termos da atenção internacional que recebe, em virtude do seu crescente potencial económico. O que está por saber é se este potencial se traduzirá na capacidade para dar nova vida às teorias e categorias com as quais olhamos para o mundo, mas, olhando para a frente, eu diria que a situação é encorajadora. Uma grande parte deste optimismo é também resultado da nova energia que estudiosos mais jovens estão a trazer para a disciplina.

EM LUGAR DE UMA CONCLUSÃO: A NECESSIDADE DE HISTÓRIAS DA DISCIPLINA LOCALMENTE SITUADAS

O lamento latente neste meu exercício introspectivo relaciona-se com o facto de não se prestar suficiente atenção à genealogia dos conceitos e das teorias que informam grande parte das correntes teóricas dominantes em RI. As preocupações das potências anglo-americanas tendem a constituir os pilares da disciplina e continuam a ser

a fonte de inspiração predominante para as problemáticas e os projectos de pesquisa levados a cabo na área. Uma parte substancial da culpa deve também ser assacada aos académicos de RI do Sul, que nem sempre foram capazes de gerar explicações perspicazes, susceptíveis de contestar, quando necessário, asserções que em larga medida ignoram os contextos. Uma forma de propiciar investigações mais bem fundamentadas seria investigar e ensinar uma história intelectual da disciplina que colocasse no seu contexto as preocupações e os trabalhos dos autores canónicos da disciplina.

Uma história das ideias feita a partir da sua vida institucional nesta parte do mundo oferece uma avaliação crítica daquilo que foi feito e do que está por fazer³⁵. Preocupações que podem parecer novas a uma geração de académicos mais jovem são bem capazes de ter sido objecto de intensa especulação no passado. Uma história disciplinar nesses moldes terá também de seguir o rasto ao itinerário intelectual, não só das teorias mais bem sucedidas, que se converteram no senso comum da disciplina, mas também das teorias que tiveram uma voga mais curta do que se imaginara, bem como de outras que nunca viram a luz do dia. Bajpai põe as coisas de maneira sucinta: «Temos de explorar formas de responder a perguntas sobre a origem dos estudos internacionais na Índia, por que é que certos caminhos foram prosseguidos em detrimento de outros, bem como realizar uma investigação sistemática às sinalizações históricas feitas aos recursos teóricos e preferências da área.»³⁶

Aquilo que precisamos de evitar, neste contexto, é uma visão da História em túnel «[...] na qual se dá pouca atenção às ideias que foram derrotadas ou que simplesmente não se realizaram.»³⁷ A realização bem sucedida deste projecto talvez nos deixasse com mais perguntas que respostas, mas mesmo assim seria um passo em frente no exame das razões que expliquem a nossa ingenuidade passada no mundo da elaboração teórica nas RI contemporâneas. RI

TRADUÇÃO: IVAN NUNES

- 1** BORGES, Jorge Luis – «The Argentine Writer and Tradition». In *Selected Non-Fictions*. Londres: Penguin Books, 2000, p. 427 [existe edição portuguesa em BORGES, Jorge Luis – «O escritor argentino e a tradução». In *Obras Completas – Volume I (1923-1949)*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 282, tradução de José Colaço Barreiros – *N. do T.*]
- 2** KAHLER, Miles – «Inventing International Relations: International Relations After 1945». In DOYLE, Michael W., e IKENBERRY, G. John [orgs.] – *Thinking in International Relations*. Boulder: Westview, 1997, pp. 20-53.
- 3** MOHANTY, J. – *The Self and Its Other: Philosophical Essays*. Nova Deli: Oxford University Press, 2000, pp. 71-85.
- 4** *Ibidem*, esp. pp. 80-83.
- 5** *Ibidem*, pp. 71-72.
- 6** *Ibidem*, p. 82.
- 7** RAMANUJAM, A. K. – «Is There an Indian Way of Thinking?». In DHARWADEKAR, Vinay [org.] – *The Collected Essays of A.K. Ramanujam*. Nova Deli: Oxford University Press (reimpressão, 2001), pp. 34-51.
- 8** RAMANUJAM, A. K. – «Is There an Indian Way of Thinking?», p. 42.
- 9** BAJPAI, Kanti – «Indian Conceptions of Order/Justice in International Relations: Nehruvian, Gandhian, Hindutva and Neo-Liberal». In MEHTA, V. R., e PANTHAM, Thomas [orgs.] – *Political Ideas in Modern India: Thematic Explorations*. Nova Deli: Sage, 2006, p. 367.
- * Sri Aurobindo (1872-1950) foi um dos primeiros líderes do movimento de independência indiano e, no final da vida, um místico muito influente [*N. do T.*].
- 10** CHIMNI, B. S. – «Alternative Visions of Just World Order: Six Tales From India». In *Harvard International Law Journal*, vol. 46, n.º 2, Verão de 2005, pp. 389-402.
- 11** MIGNOLO, Walter – *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
- 12** APPADURAI, Arjun – «Grassroots Globalization and the Research Imagination». In MOORE, Henrietta L., e SANDERS, Todd [orgs.] – *Anthropology in Theory: Issues in Epistemology*. Malden: Blackwell, 2006, pp. 622-633.
- 13** COHN, Bernard – *Colonialism and Its Forms of Knowledge: The British in India*. Nova Deli: Oxford University Press, 1997.
- 14** MOHANTY, J. – *The Self and Its Other: Philosophical Essays*, p.139.
- 15** MIGNOLO, Walter – *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, p. 173.
- 16** *Ibidem*, p. 184.
- 17** POLLOCK, Sheldon – *The Language of the Gods in the World of Men*. Nova Deli: Permanent Black, 2007, p. 6.
- 18** *Ibidem*, pp. 29-30.
- 19** *Ibidem*, pp. 32-33.
- 20** WAEVER, Ole – «The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in IR». In KATZENSTEIN, Peter J., et. al. [orgs.] – *Exploration and Contestation in the Study of World Politics*. Massachusetts: The MIT Press, 2000, pp. 48-87.
- 21** BAJPAI, Kanti – «International Studies in India: Bringing Theory [Back] Home». In BAJPAI, Kanti, e MALLAVARAPU, Siddharth [orgs.] – *International Relations in India: Bringing Theory Back Home*. Nova Deli: Orient Longman, 2005, p. 32.
- 22** CENTENO, Miguel Ángel, e LÓPEZ-ALVES, Fernando – *The Other Mirror: Grand Theory through the Lens of Latin America*. New Jersey: Princeton University Press, 2001, p. 5.
- 23** DAS, Veena – «Social Science and the Publics» In livro organizado pelo mesmo autor com o título *The Oxford India Companion to Sociology and Social Anthropology*, vol. 1). Nova Deli: Oxford University Press, 2003, pp. 1-29.
- 24** *Ibidem*, pp. 1-29.
- 25** RANA, A. P., e MISRA, K. P. – «Communicative Discourse and Community in International Relations Studies in India». In BAJPAI e MALLAVARAPU [orgs.] – *International Relations in India: Bringing Theory*
- Back Home*. Nova Deli: Orient Longman, 2005, pp. 71-122.
- 26** O primeiro dos volumes já foi citado nestas notas. O outro intitulou-se *International Relations in India: Theorizing the Region and Nation* (Nova Deli: Orient Longman, 2005).
- 27** TILLY, Charles, e GOODIN, Robert E. – «It Depends». In TILLY, Charles, e GOODIN, Robert E. [orgs.] – *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 6.
- 28** TILLY, Charles, e GOODIN, Robert E. – «It Depends», p. 25.
- 29** KATZNELSON, Ira, e WEINGAST, Barry R. – *Preferences and Situations: Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism*. Nova York: Russell Sage Foundation, 2005, p. 6.
- 30** KATZNELSON, Ira, e WEINGAST, Barry R. – *Preferences and Situations: Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism*. p. 20.
- 31** Consulte-se, neste contexto, a obra do historiador Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected History: From the Tagus to the Ganges* (Nova Deli: Oxford University Press, 2005) e o volume associado, do mesmo autor, intitulado *Explorations in Connected History: Mughals and Franks* (Nova Deli: Oxford University Press, 2005).
- 32** BAYLY, Christopher – *The Birth of the Modern World 1780-1914: Global Connections and Comparisons*. Malden: Blackwell, 2005, p. 4.
- 33** *Ibidem*, p. 9.
- 34** PAREKH, Bhikhu – «Limits of the Indian Political Imagination». In MEHTA, V. R., e PANTHAM, Thomas [orgs.] – *Political Ideas in Modern India: Thematic Explorations*, p. 455.
- 35** DAS, Veena – «Social Science and the Publics», pp. 1-29.
- 36** BAJPAI, Kanti – «International Studies in India: Bringing Theory [Back] Home», p. 34.
- 37** DAS, Veena – «Social Science and the Publics», p. 3.